

Pauta de votações deve ser definida hoje pelos líderes

Os líderes partidários devem reunir-se hoje, às 14h, para discutir a pauta de votações do Senado, por sugestão do presidente da Casa, José Sarney. A ordem do dia está obstruída pela medida provisória que estabelece novos prazos para pagamento de impostos e contribuições federais. A expectativa de líderes como Arthur Virgílio, do PSDB, é que sejam colocadas em pauta propostas consensuais. O líder do DEM, José Agripino, anunciou que pretende apresentar sugestões para evitar que a Casa continue como alvo de acusações. **3**

Comissão de Orçamento pode eleger dirigentes

Indicado pela bancada do PMDB no Senado para a presidência do colegiado, Almeida Lima promete buscar entendimento “em torno dos interesses do país”. Na reunião de hoje, os parlamentares devem escolher também os três vice-presidentes. **4 e 5**

Lula parou obras de irrigação, acusa Jarbas

Governo paralisou empreendimentos iniciados por governos anteriores no semiárido do Nordeste, especialmente no Vale do Rio São Francisco, afirma o senador. **7**

Genildo Magela



Papaléo afirma da tribuna que o Senado precisa dar “respostas técnicas” a todas as denúncias feitas pela imprensa

Papaléo aponta injustiças nas denúncias contra o Senado

Senador afirma que erros devem ser punidos, mas não se pode “jogar fora” toda a instituição. **2**

Senador diz que erros apontados na Casa, que também ocorrem nos outros Poderes, devem ser punidos, mas não se pode "jogar fora toda a instituição"

Papaléo: há injustiças nas denúncias contra o Senado Federal

O SENADOR PAPALÉO Paes (PSDB-AP) protestou da tribuna contra "as injustiças cometidas nas recentes denúncias contra o Senado", destacando o caso das suas diretorias. Ele disse que os erros apontados na Casa, "que acontecem em todos os Poderes, sem exceção, devem ser punidos e reparados, mas não se pode jogar fora toda a instituição". Segundo o parlamentar, alguns funcionários do Senado em cargos de



Papaléo pede à grande imprensa que apure os fatos para evitar distorções

Casa quando, ao discursar, criticam o Senado para "ficar bem" com a população, que "entende a situação da forma como a grande imprensa anuncia".

– Eu também poderia falar mal da Casa para ganhar voto, mas não sou irresponsável a esse ponto.

Respostas

Em vez de ofe-

recer "respostas que agradam", Papaléo argumentou que os senadores deveriam dar "respostas técnicas aos jornalistas". Ele sugeriu que o presidente da Casa, senador José Sarney, determine que o 1º secretário reserve, todos os dias, um horário para receber a imprensa e esclarecer dúvidas.

Papaléo apelou aos membros da Mesa para que as sessões se encerrem sempre às 18h, evitando prorrogações.

– Isso cansa [as prorrogações] a quem nos está assistindo e acaba com a grade de programação da TV Senado, que não somos só nós. Ela tem um espaço cultural extremamente forte. Isso acaba com a grade da Rádio Senado, e o **Jornal do Senado** tem de esperar terminar a sessão, para montar sua tiragem.

O parlamentar contestou ainda as críticas ao número de funcionários da Casa. Saliu que a instituição Senado Federal tem muitas atribuições, acrescentando que as pessoas não imaginam a estrutura que é necessária para viabilizar seu funcionamento eficaz.

– O Senado não se resume a este Plenário onde discursamos. Esta Casa e a Câmara dos Deputados produzem leis para o país – frisou.

– Faço um apelo à grande imprensa: no que for para punir, para "largar o pau" na cabeça, larguem; mas, onde houver dúvida, apurem para que não ocorram injustiças.

Segundo Papaléo, muitos senadores colaboram para a desmoralização da

Tião Viana desautoriza acordo para encerrar suposta crise entre PMDB e PT



Tião Viana: "Tudo de que se tratou na reunião não teve o meu envolvimento"

Tião Viana (PT-AC) negou ontem no Plenário ter autorizado qualquer acordo com o objetivo de superar suposta crise entre o PT e o PMDB, que teria se instalado no Senado com a eleição para a Presidência da Casa. O "suposto acordo", segundo o senador, teria sido acertado por líderes políticos do Congresso Nacional sem a sua participação, em jantar ocorrido na semana passada, com a pre-

sença dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Ideli Salvatti (PT-SC), Romero Jucá (PMDB-RR), Gim Argello (PTB-DF) e Renan Calheiros (PMDB-AL), além do ministro de Relações Institucionais, José Múcio.

– Quero deixar claro que aquela reunião não contou com a minha autorização, tudo o que se tratou não teve o meu envolvimento, portanto estou distante dela, do que se tratou nela e do que se decidiu nela – assinalou.

Referindo-se a declaração atribuída a Renan Calheiros (PMDB-AL), em matéria publicada na revista *Época*, Tião Viana disse não acreditar que Renan tenha afirmado que ele, Viana, não teria autoridade moral para discutir ética. Por esse motivo, o senador pelo Acre cobrou de Renan um esclarecimento a respeito.

– Gostaria de esclarecer que não acredito, primeiramente, que tal afirmação seja de autoria do senador Renan – disse Tião Viana, observando, no entanto, que ainda aguarda esclarecimentos do representante alagoano.

Segundo Viana, Mercadante negou ter ouvido tal afirmação da parte de Renan durante a reunião.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem pauta trancada

Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta está trancada pelo Projeto de Lei de Conversão 1/09 (MP 447/08), que altera o prazo de pagamento de impostos e contribuições federais.



Embaixador do Brasil na Venezuela visita Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebe às 11h o senador Renato Casagrande (PSB-ES) para conversa sobre o Parlamento Latino-Americano (Parlati-

no). Às 11h30, recebe o embaixador do Brasil na Venezuela, Antônio Simões. Realiza às 14h a reunião de líderes e preside, às 16h, a ordem do dia.

Pagamento de imóveis para a reforma agrária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se às 9h30 para votar seis proposições. Um dos itens é o substitutivo ao projeto que altera a Lei 8.629/93, determinando que os imóveis rurais produtivos adquiridos para a reforma agrária, mediante compra direta pela União, poderão ser pagos em dinheiro pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em um prazo de 90 dias.



José Luiz

Presidente da Petrobras participa de audiência conjunta

Em audiência pública conjunta, às 10h, as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI) ouvem o presidente da

Petrobras, Sérgio Gabrielli, sobre o planejamento estratégico e o plano de negócios da estatal para o período de 2009-2013.

CMA discute projeto sobre escoamento de águas pluviais

Oito itens estão na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Entre eles, projeto que determina a inclusão de sistemas de redução de velocidade de escoamento de águas pluviais no planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico, com o objetivo de evitar inundações. A CMA reúne-se às 11h30.



Márcia Kallume

Comissão sobre o Regimento Interno debate colegiados

A Comissão Temporária para a Reforma do Regimento Interno do Senado Federal se reúne, às 14h, para debate de propostas no tema "Comissões: tipos e organização, competência, emendamento, relatório e CPIs e título".



J. Freitas

Proposta cria o programa Cesta Básica do Livro

Em reunião às 11h, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa 16 proposições. O primeiro item da pauta é o projeto que autoriza a criação, no Ministério da Educação, do programa Cesta Básica do Livro.

Comissão de Orçamento deve eleger presidente

Às 14h30 acontece a reunião de instalação da nova composição da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e a eleição dos integrantes da Mesa do colegiado (presidente, três vice-presidentes, relator da LDO, relator-geral do Orçamento e relator da Receita), que dirigirão as atividades da comissão por um ano.

Relações Exteriores analisa indicação de três embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examinará nesta quinta-feira mensagens presidenciais que indicam nomes de diplomatas para exercerem cargos de embaixador na Ucrânia, na Namíbia e em São Tomé e Príncipe. Depois de analisadas na comissão, as indicações seguem para votação no Plenário do Senado.

A primeira mensagem indica o nome de Antonio Fernando Cruz de Mello para chefiar a embaixada brasileira em Kiev, capital da República da Ucrânia, e cumulativamente em Chisinau, capital da República da Moldávia. Esse deve ser o primeiro cargo de embaixador do diplomata, que atualmente exerce a função de cônsul-geral em Ciudad Del Este (Paraguai).

Relatório do Itamaraty ressalta que o comércio bilateral com a Ucrânia tem crescido bastante nos últimos anos, passando de US\$ 651 milhões nos dois sentidos em 2007 para pouco mais de US\$ 1 bilhão em 2008, com pequeno déficit para o Brasil. Entre os principais produtos da pauta de exportação brasileira, estão carnes suína e bovina e aves, assim como café, fumo, bauxita, tratores e refrigeradores. A Ucrânia exporta para o Brasil ureia, breu, carvão, ferro e pigmentos.

A segunda mensagem na pauta da CRE indica o nome do diplomata José Vicente da Silva Lessa para chefiar a embaixada do Brasil em Windhoek, capital da República da Namíbia. Esse deve ser seu primeiro cargo de embaixador. Lessa atualmente é ministro-conselheiro da embaixada brasileira em Berna, capital da Suíça.

Em seu parecer favorável à indicação, o senador João Pedro (PT-AM) enfatiza a importância das relações entre o Brasil e a Namíbia, dentro da política de aproximação da diplomacia brasileira com

os países da África. Em 2003, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, visitou Windhoek, quando foram assinados nove tratados bilaterais. No ano seguinte, o então presidente da Namíbia, Sam Nujoma, esteve no Brasil.

O comércio bilateral cresceu 600% entre 2002 e 2008, passando de US\$ 3,8 milhões para US\$ 23 milhões, lembra o senador pelo Amazonas. Segundo ele, ainda há enorme potencial para o crescimento nas relações econômicas entre os dois países, uma vez que empresas brasileiras estão envolvidas em projetos de construção de hidrelétricas na Namíbia.

São Tomé

A CRE também examinará a indicação do diplomata Arthur Vivacqua Correa Meyer para a embaixada na República De-

mocrática de São Tomé e Príncipe. Atualmente ele exerce o cargo de embaixador em Georgetown, capital da Guiana.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirma, em seu relatório favorável à indica-

ção do novo embaixador, que as ex-colônias portuguesas na África ocupam papel relevante na diplomacia brasileira. São Tomé e Príncipe também foi visitado por Lula em 2003, para um encontro em que foram tratadas propostas de cooperação bilateral e, em 2004, para um evento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Segundo o relatório elaborado pelo Itamaraty, o Brasil colabora em vários projetos de cooperação bilateral e multilateral para beneficiar São Tomé e Príncipe, especialmente nas áreas de educação, gestão pública, capacitação de mão-de-obra, saúde pública, bem como no setor de segurança alimentar e merenda escolar. Em parceria com os Estados Unidos, o Brasil participa de projeto trilateral de combate à malária no país.

Diplomatas foram indicados para embaixadas na Ucrânia, na Namíbia e em São Tomé e Príncipe

Ministro da Cultura apresenta programas prioritários na CE

O ministro da Cultura, Juca Ferreira, comparecerá ao Senado Federal amanhã para apresentar os programas prioritários, as metas propostas e os recursos orçamentários para 2009 no âmbito de sua pasta. A exposição será feita em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A iniciativa de convidar o ministro para a reunião foi do senador Flávio Arns (PT-PR), que preside a comissão, em requerimento assinado também pelos senadores Marco Maciel (DEM-PE), Cristovam Buarque (PDT-DF), Gerson Camata (PMDB-ES), João Vicente

Claudino (PTB-PI) e Alvaro Dias (PSDB-PR).

De acordo com o requerimento, também os ministros da Educação, Fernando Haddad, e do Esporte, Orlando Silva, serão convidados para falar na Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o planejamento de seus respectivos ministérios para este ano.

Ao justificar o requerimento, aprovado pela CE na última terça-feira, Flávio Arns disse que essas audiências podem contribuir para criar uma sintonia entre o trabalho dos ministérios e a atuação do colegiado.

Virgílio espera a escolha de projetos consensuais. Agripino diz que pretende apresentar sugestões para moralização da Casa – com regras rígidas inclusive para os senadores

Líderes devem definir hoje a pauta de votações da semana

A PRESIDÊNCIA DO Senado convocou reunião dos líderes partidários para hoje, às 14h, com o objetivo de discutir a pauta de votações da Casa. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), espera que sejam indicados para a pauta projetos de lei sobre os quais haja consenso e que possam ser colocados em votação com rapidez.

Para Virgílio, é preciso tratar também das questões administrativas e adotar as medidas necessárias para sanar irregularidades apontadas no Senado. Ele afirmou que o bom funcionamento da Casa é prioridade, uma vez que a instituição precisa disso para legislar.

O líder do DEM, José Agripino

(DEM-RN), deverá apresentar na reunião sugestões para a moralização da administração da Casa. Agripino acredita que as regras de conduta precisam ser tornadas mais claras inclusive para os próprios senadores, evitando assim que os parlamentares estejam constantemente sob acusação.

Agripino citou como exemplo a polêmica que cerca o uso da verba indenizatória, de R\$ 15 mil, a que os senadores têm direito para cobrir despesas decorrentes do exercício do mandato. Ele argumenta que, se a verba é legal, é preciso que se acabe com a discussão sobre “quem é o campeão de gastos”. O senador citou ainda

gastos com passagens aéreas e pagamento de serviços médicos, lembrando que há limites para essas despesas, e perguntou se os parlamentares podem ou não usar esses limites.

– Nós damos a colaboração para que esta Casa se preserve e seja vista pela opinião pública como ela sempre foi vista: a Casa revisora, composta por homens com vergonha na cara e que têm compromisso com o espírito público e com a sociedade. O resto é especulação, em um momento muito ruim que estamos vivendo e que temos que superar juntos, somando ideias, assumindo compromissos e agindo com transparência – afirmou José Agripino.

Genildo Magalhães



Supremo pode decidir logo sobre proposta de novo rito para MPs

A proposta formulada pelo presidente da Câmara, deputado Michel Temer, sobre novo rito de tramitação das medidas provisórias (MPs) ganha repercussão no Congresso, no Palácio do Planalto e até no Supremo Tribunal Federal (STF), cuja decisão sobre o tema deverá ser anunciada rapidamente, segundo disse o presidente daquela corte, ministro Gilmar Mendes. Temer propõe que sejam votadas em sessões extraordinárias matérias em tramitação, mesmo que a pauta das sessões ordinárias esteja trancada por MPs.

Conforme Temer, o Plenário votaria projetos de lei complementar, resoluções, decretos legislativos e propostas de emenda à Constituição em sessões extraordinárias, já que nas ordinárias a pauta geralmente está trancada devido às MPs. Como as medidas provisórias têm prioridade de votação, os demais itens ficam prejudicados enquanto os parlamentares não votarem essas matérias. A sessão extraordinária para votar os itens em tramitação seria a forma de evitar o trancamento da pauta, deixando a votação das MPs para as sessões ordinárias.

O STF se pronunciará por meio de liminar para que a proposta possa ou não ser adotada. Indagado por jornalistas sobre o assunto, Gilmar Mendes prometeu, na semana passada, decidir

rapidamente a questão: “Não queremos causar insegurança jurídica em relação às MPs”, disse o ministro, após uma visita de cortesia a Michel Temer.

Repercussão

A proposta foi questionada no dia 18, no STF, pelos partidos da oposição (PPS, DEM e PSDB), que protocolaram mandado de segurança preventivo com pedido de liminar. Em nota divulgada à imprensa, o PPS observou que “as MPs vão continuar trancando de forma seletiva justamente as propostas que mais comumente são de iniciativa dos parlamentares, escancarando, assim, a porta para outras iniciativas do Poder Executivo”.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), também discordou da proposta e da interpretação de Temer e divulgou, no dia 19, nota sobre o assunto. Em discurso no Plenário, Virgílio disse que a iniciativa do deputado “diminui o papel das oposições, causando danos, portanto, à democracia”. Afirmou ainda que a medida pode ser considerada casuística, por colocar nas mãos de poucos a prerrogativa de decidir quais matérias serão deliberadas pelo Legislativo. Se for adotada a decisão sugerida por Michel Temer, “o direito das minorias de, em defesa de suas ideias, obstruírem certas votações cairia por terra”.

A pauta do Plenário está obstruída por medida provisória

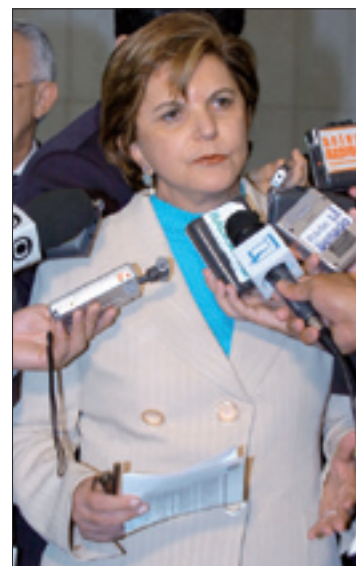
Novo prazo para impostos está na ordem do dia

O novo prazo de pagamento de impostos e contribuições federais é o primeiro item da ordem do dia da sessão deliberativa ordinária de hoje do Senado. Os senadores deverão examinar projeto de lei de conversão (PLV 1/09) aprovado pela Câmara dos Deputados em substituição à Medida Provisória 447/08.

Caso haja acordo na reunião de líderes marcada para hoje e o Plenário vote o primeiro item, a pauta será destrancada, abrindo-se espaço para votação das demais propostas. Aguardam exame do Plenário mais 50 matérias.

Um dos projetos que podem ser votados é o que estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais. Em seguida, devem ser discutidas várias propostas de emenda constitucional, como a que concede aos brasileiros residentes no exterior o direito de votar nas eleições.

Estão na pauta também propostas que acabam com o voto secreto nas deliberações adotadas no âmbito do Legislativo federal e que reduzem a idade para imputabilidade penal.



Lúcia Vânia defende exigência de contratos com prestadores de serviços

Projeto altera relação entre plano de saúde e médico

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) poderá votar amanhã projeto de lei da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que torna obrigatória a existência de contratos escritos entre as operadoras de planos de saúde e os seus prestadores de serviços, como médicos e demais profissionais da área de saúde, hospitais, clínicas, laboratórios e farmácias.

O objetivo do projeto (PLS 276/04) é reduzir os constantes conflitos entre as operadoras e os prestadores de serviços, a começar por descumprimentos considerados abusivos e pela não revisão de tabelas de preços e honorários.

Para Lúcia Vânia, o projeto também proporciona maior proteção aos usuários, porque, no caso de rompimento do contrato, a operadora será obrigada a garantir a assistência ao paciente com a substituição do prestador de serviço por outro equivalente.

A proposta será analisada pela CAS em caráter terminativo, ou seja, depois de aprovada, não precisa passar pelo Plenário, a menos que haja recurso de senadores.

Medicamentos

Também na pauta da CAS está o projeto (PLS 259/08) do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) que determina que os rótulos de medicamentos deverão ter impressão clara e legível do número do lote, das datas de fabricação e de validade de medicamentos, de acordo com o Código de Proteção e Defesa do Consumidor. O projeto tem parecer favorável do senador Augusto Botelho (PT-RR).

Papaléo Paes lembra que a maioria dos rótulos de medicamentos apresenta informações impressas em baixo relevo e sem cor, o que dificulta a leitura. A seu ver, isso facilita a venda de medicamentos com prazo de validade vencido.

Outro parecer que deverá ser analisado pela CAS é o do senador Flávio Arns (PT-PR) que propõe substitutivo a projeto (PLC 60/07) oriundo da Câmara dos Deputados. A proposição torna obrigatória a prestação de serviços de psicologia e assistência social nas redes públicas de educação básica.

Comissão de Orçamento deve eleger hoje presidente e vices

A nova composição da Comissão Mista de Orçamento será instalada hoje, na mesma reunião em que também devem ser eleitos os integrantes da Mesa – o presidente e três vices – que comandará os trabalhos do colegiado por um ano. Para presidir a CMO, o PMDB já indicou o senador Almeida Lima (SE). Pelo rodízio anual obrigatório, determinado pelo regimento da comissão, esse cargo cabe agora a um integrante do Senado.

– Sinto-me honrado pela indicação do partido, mas ainda preciso ter meu nome ratificado pelo conjunto do colegiado – comentou Almeida Lima à Agência Senado.

Se confirmado na presidência da CMO, Almeida Lima disse que seu trabalho será pautado pela busca de entendimentos em torno dos interesses do país, e não por questões individuais ou partidárias. Segundo ele, a crise econômica não deve ser encarada

como obstáculo à elaboração, para 2010, de uma proposta orçamentária excessivamente restritiva em relação às despesas.

– Não temos por que nos apavorar diante dessa crise, mas buscar as alternativas que permitam ao país superá-la o mais rapidamente possível – frisou.

Relatores

A CMO pode escolher ainda, na mesma reunião, os nomes dos relatores para os principais projetos orçamentários para 2010: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e, no caso da Lei Orçamentária Anual (LOA), o Orçamento, a Receita e as dez áreas temáticas.

Pelo princípio da alternância entre as duas Casas do Congresso, o relator geral do Orçamento de 2010 e o relator do projeto da LDO vão sair agora dos quadros da Câmara dos Deputados. A LDO fixa os parâmetros gerais para a elaboração do Orçamento do ano



Senador Almeida Lima aguarda aprovação de seu nome pela comissão mista

seguinte, estabelecendo metas e prioridades de gastos.

Crítérios

A CMO é composta de 40 membros titulares, sendo 30 deputados e 10 senadores, com igual número de suplentes. No entanto, duas vagas adicionais

foram abertas, para atender resolução que determina a participação, nas comissões das duas Casas, por revezamento, de partidos sem coeficiente para ocupar as vagas fixas desses colegiados. Os partidos não podem indicar, como titulares ou suplentes, parlamentares que participaram do colegiado no período anterior.

Neste ano, a instalação da nova composição da CMO e a eleição da Mesa estão ocorrendo uma semana antes do fim do prazo regimental. Isso porque, em conformidade com o regimento, esses atos devem acontecer até a última terça-feira do mês de março de cada ano (data que recai agora em 31 de março), a partir de quando se encerra o mandato da comissão anterior e fica impedida a votação de qualquer matéria.

A reunião, marcada para as 14h30, será realizada no Plenário 2 do Anexo 2 da Câmara dos Deputados.

Distribuição de gorjetas pode ser tema de audiência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai examinar amanhã requerimento de audiência pública sobre as implicações econômicas, trabalhistas e previdenciárias do projeto (PLS 725/07) da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que trata das gorjetas pagas em bares e restaurantes. O pedido para a realização do debate é da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e dos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Augusto Botelho (PT-RR).

O projeto propõe alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para que as gorjetas cobradas, no valor de até 10%, nos bares e restaurantes, sejam distribuídas entre os garçons e pagas juntamente com a remuneração do mês seguinte.

A proposta abre a possibilidade de, por acordo coletivo, 30% das gorjetas serem divididas entre os outros funcionários do restaurante. Ainda conforme a proposta de Patrícia Saboya, o pagamento das férias e do 13º salário será acrescido de valor correspondente à média paga nos últimos

três meses a título de gorjetas.

“As gorjetas não integram a base de cálculo do aviso prévio, do adicional noturno, das horas extras e do repouso semanal remunerado”, informa a senadora, ao justificar o projeto. Em caso de ser constatado pela fiscalização ou em processo judicial o não cumprimento desse preceito, o empregador teria que pagar em dobro o valor das gorjetas.

Também de acordo com o projeto, se um cliente decidir dar ao garçom gorjeta, em dinheiro, superior aos 10% cobrados, a parte excedente ficaria com este funcionário, não sendo redistribuída com os outros empregados.

Para debater a matéria, deverão ser convidados representantes do Ministério Público do Trabalho, da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e

Similares, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade e do Ministério do Trabalho e Emprego.

O relator do projeto na CAS é o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Dengue

A comissão também deverá analisar requerimento do senador César Borges (PR-BA) para realização de audiência pública destinada a avaliar a situação da dengue no país e especialmente na Bahia.

Para esse debate, o autor do requerimento pede que sejam convidados o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkowski, o secretário da Saúde do estado da Bahia, Jorge José Santos Pereira Solla, e o presidente da União dos Municípios da Bahia, Roberto Oliveira Maia da Silva.

CAS analisa projeto que trata da divisão dos valores entre garçons e demais funcionários

Senadores debatem redução do spread com Meirelles

Presidente do Banco Central participa de audiência pública amanhã nas comissões de Assuntos Econômicos e de Acompanhamento da Crise Financeira, que, na quinta-feira, recebem o presidente da Federação Brasileira dos Bancos, Fábio Colletti

AS ALTERNATIVAS PARA reduzir a diferença entre a taxa paga pelos bancos na captação de recursos e a cobrada dos clientes que tomam empréstimos, chamada de *spread* bancário, serão discutidas esta semana com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e com o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Fábio Colletti Barbosa. Meirelles falará amanhã, às 10h, aos senadores das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Acompanhamento da Crise

Financeira e de Empregabilidade, e Barbosa participará, nesta quinta-feira, às 14h, também de reunião conjunta dos colegiados. As duas audiências públicas integram a série de debates promovidos pelas comissões, que visam identificar estratégias para reduzir os efeitos da crise financeira internacional. A queda de juros e a ampliação do crédito têm sido apontadas como importantes medidas para reaquecer a economia interna e proteger os empregos.

Críticas

Os debates marcados para esta semana reúnem dois segmentos essenciais na composição dos juros praticados pelo mercado – o Banco Central, responsável pela definição da taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), e os bancos, que estabelecem o *spread*, no qual está embutido o lucro bancário. Somados, Selic e *spread* formam a taxa final de juros cobrada dos brasileiros que tomam empréstimos de instituições financeiras.

Desde o início da crise, autoridades da área econômica têm criticado os bancos por não acompanharem, no *spread* bancário, o ritmo de queda da taxa Selic. Para o governo, o *spread* médio cobrado pelos bancos já passa de 30%, tendo acompanhado a elevação do custo do dinheiro, nos últimos meses. Já os bancos argumentam que só uma pequena parcela do *spread* representa lucro, sendo a maior parte destinada a cobrir os custos da inadimplência. Em debates anteriores, os bancos

oficiais foram chamados a “dar o exemplo”, reduzindo os juros do crédito. Para os presidentes do Banco do Brasil, Antonio Francisco de Lima Neto, e da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, a saída para a inadimplência, e consequentemente para a queda de custo do crédito, estaria na adoção de um cadastro positivo de bons pagadores. Eles participaram de audiência realizada no último dia 18 e defenderam projeto que cria o cadastro positivo, em tramitação

na Câmara dos Deputados. De autoria do então senador Rodolpho Tourinho, o projeto (PLS 263/04), já aprovado pelo Senado, tramita na Câmara com o nome de PL 405/07. Meirelles também deverá falar sobre a desvalorização do real e sobre a política monetária e cambial. Já Fábio Barbosa deverá discutir com os senadores medidas para ampliar as operações de crédito realizadas pelo sistema financeiro. Os debates serão realizados na sala 19 da Ala Alexandre Costa, no Senado.



Meirelles deve falar aos senadores a partir das 10h de amanhã

Plenário comemora 45 anos da Campanha da Fraternidade

O Senado realiza amanhã, às 11h, sessão especial para comemorar os 45 anos da Campanha da Fraternidade, cujo tema de 2009 é *Fraternidade e segurança pública*. O lema é “A paz é fruto da justiça”. O requerimento solicitando a comemoração é de José Nery (PSOL-PA), que destacou a importância do tema escolhido, por ser a segurança pública uma das grandes preocupações dos brasileiros.

Realizada anualmente pela Igreja Católica, a campanha é coordenada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com o objetivo de despertar a atenção e a solidariedade dos fiéis para um tema de interesse da sociedade brasileira, bem como buscar soluções para os problemas apontados. A cada ano é escolhido um tema diferente e também um lema a seguir.

A iniciativa foi lançada no Brasil no dia 26 de dezembro de 1963, a partir da influência do Concílio Vaticano II. Reunidos em Roma, os bispos brasileiros

traçaram um plano de ação para pôr em prática as determinações recebidas pela Igreja Católica. Em 20 de dezembro de 1964, os bispos aprovaram o fundamento inicial da Campanha da Fraternidade, com pontos fundamentais apreciados pelo episcopado em Roma. Em 1970, a Campanha da Fraternidade ganhou apoio explícito do papa Paulo VI, cuja mensagem foi divulgada pela mídia.

José Nery destacou a importância histórica do evento, lembrando que a primeira Campanha da Fraternidade, em 1964, foi idealizada por dom Helder Câmara, então arcebispo de Olinda e Recife, tornando-se um marco decisivo na história da luta democrática que se instalou no Brasil nos vinte anos seguintes, período marcado por atos institucionais, repressão e censura”. Na opinião do senador, as Campanhas da Fraternidade seguintes tornaram-se luzes na escuridão, pois buscavam resgatar valores como solidariedade e liberdade.

José Nery destaca que a segurança pública, tema deste ano, tem preocupado muito os brasileiros

Concessão de aposentadoria especial para oficial de Justiça

Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debaterá amanhã, a partir das 9h, a possibilidade de concessão de aposentadoria especial para oficial de Justiça. Para isso, convidou o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Na reunião, entre outras propostas, serão analisados projetos de lei em tramitação na Casa que tratam da concessão desse benefício à categoria.

Também foram convidados para o debate o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto; o presidente da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil (Fojebra), Paulo Sérgio Costa da Costa; o advogado Rudi Cassel; a presidente da Federação Nacional das Associações dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Fenassojaf), Lúcia Maria Bernardes de Freitas; o secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Alvaro Luís de Araújo Ciarlini; o titular da Secretaria de Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça, Rogério Favreto; e o presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça de Portugal (SOJ), Carlos Almeida.

Especiais

A concessão de aposentadorias especiais já foi tema de debate na CDH em dezembro de 2008, em audiência pública que analisou as dificuldades



Os integrantes da Comissão de Direitos Humanos convidaram diversas autoridades para audiência pública de amanhã

para a concessão desse benefício aos trabalhadores que exercem atividades insalubres, perigosas e penosas. Entre as principais queixas das entidades representativas de profissões que atuam nessas condições, estava o fato de o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não reconhecer as atividades que causam problemas à vida e à saúde.

Atualmente, o INSS reconhece apenas algumas categorias que desempenham atividades de risco notório, segundo informou o então presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS). Na ocasião, ficou definido que seria criado um grupo de trabalho para estudar e propor modificações às leis existentes, aprimorar as iniciativas legislativas em andamento e interferir em normas e decretos que regulamentam o direito à aposentadoria.

Propostas

Também em julho do ano passado, a CDH re-

cebeu representantes de 26 mil oficiais de Justiça estaduais e federais que reivindicavam o reconhecimento dos riscos inerentes à atividade, o direito à aposentadoria especial e à isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos. Essa última reivindicação decorre do fato de os oficiais de Justiça utilizarem veículos próprios para realizar suas atividades.

Paulo Sérgio Costa, presidente da Fojebra, esteve no Senado em julho e defendeu a aprovação de diversos projetos de lei em tramitação que atendem a essas reivindicações. Entre eles está o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 107/07, que torna obrigatório o diploma de bacharel em Direito para a categoria, e o PLC 30/07, que altera o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03) para que o trabalho desempenhado pelos oficiais de Justiça seja considerado atividade de risco e lhes dê o direito ao porte de arma de fogo.

Na ocasião, o presidente da Fojebra pediu a inclusão da categoria no PLS 68/03-Complementar, que regulamenta a concessão de aposentadoria especial a servidores públicos que exercem atividades de risco, com redução do tempo de contribuição independentemente de idade mínima. Reivindicou também que os oficiais de Justiça fossem incluídos no PL 418/07, que estende a isenção de IPI aos veículos usados pelos oficiais de Justiça em serviço.

Comissão discutirá futuro da ciência e tecnologia

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) examinará amanhã pedido de realização de audiência pública sobre a situação das fundações de apoio às universidades e o futuro do gerenciamento de ciência e tecnologia no Brasil.

A audiência foi sugerida pelo presidente da comissão, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Ele indicou como convidados para o debate o ministro da Educação, Fernando Haddad; o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende; o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar; o presidente da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Amaro Lins; o reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Ronaldo Pena; o presidente da Academia Brasileira de Ciências, Jacob Palis; e o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Marco Antonio Raupp.

Na mesma reunião da Comissão de Direitos Humanos também serão examinadas autorizações para o funciona-

mento de emissoras de rádio comerciais e comunitárias.

Estava marcada para amanhã uma audiência pública na comissão com o ministro das Comunicações, Hélio Costa, que deveria debater com os senadores as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para o biênio 2009/2010. Contudo, em função de problemas na agenda do ministro, o encontro foi cancelado, devendo ser novamente marcado, em data ainda indefinida.

Por fim, deverá ser analisado projeto de lei (PLS 262/08) apresentado pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) para autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os municípios a negociarem mudanças no índice de correção monetária das parcelas de débitos previdenciários municipais. Com parecer pela aprovação do relator, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), a proposta defende a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em substituição à taxa de juros Selic – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

O argumento usado por Valadares para justificar a mudança é que a atual sistemática de correção desta dívida está elevando as parcelas a um patamar que inviabiliza seu pagamento pelos municípios.



Flexa Ribeiro, presidente da CCT, quer analisar situação do apoio à pesquisa

Proposta de Mozarildo Cavalcanti inclui entre as atribuições do Senado o exame dos processos de regularização de terras indígenas

CCJ examina mudanças na demarcação de reservas

CONSTAM DA PAUTA de votações da reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) duas propostas de emenda à Constituição que alteram o rito para demarcação de terras indígenas. Após a votação do colegiado, as PECs, que tramitam conjuntamente e são relatadas pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS), ainda precisam passar pela

apreciação do Plenário.

Uma das propostas (PEC 38/99), que tem por primeiro signatário o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), prevê mudanças em três dispositivos constitucionais sobre o tema. O autor acrescenta parágrafo ao artigo 231 para restringir a 30% a área total de cada estado que pode ser utilizada para fins de reserva ambiental e indígena.

Atualmente, não existe nenhum limite.

Outra modificação sugerida por Mozarildo é a inclusão, entre as competências privativas do Senado, dispostas no artigo 52 da Constituição, da necessidade de aprovação do processo de demarcação de terras indígenas. A atribuição também seria incluída no artigo 231, que trata dos direitos indígenas.

A segunda proposta (PEC 3/04), do então senador Juvêncio da Fonseca, inclui um parágrafo na Carta Magna para permitir que o governo possa desapropriar terras invadidas, de propriedade de terceiros, para fins de demarcação de reserva indígena.

O objetivo da proposta, segundo o autor, é corrigir o fato de a Constituição não prever

claramente a desapropriação, mas apenas a indenização das benfeitorias feitas de boa-fé nas terras a serem demarcadas. A medida, explica, será um instrumento para que o poder público amplie as áreas de demarcação para os índios, sem prejuízos para os proprietários com título de domínio e posse mansa e pacífica por mais de dez anos.

Atividade dos mototaxistas pode ser regulamentada

Proposto pelo então senador Mauro Miranda, o projeto de lei que regulamenta o exercício das atividades de mototaxistas e motoboys tem boas chances de ser examinado amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposição (PLS 203/01) recebeu substitutivo na Câmara, mas o relator na CCJ, senador Expedito Júnior (PR-RO), deu preferência ao projeto original e pediu que a matéria fosse examinada rapidamente pelo colegiado.

Expedito Júnior explica em seu relatório que não recomenda a aprovação do substitutivo da Câmara pelo fato de o texto alterar, na essência, a intenção do autor, que pretendia regulamentar a prestação de serviços comunitários de rua, o transporte de mercadorias e também o de pessoas por mototaxistas e motoboys. No texto da Câmara, o transporte de pessoas não está contemplado.

“A entrega de mercadorias em motocicletas e motonetas é apenas parte do fenômeno urbano que envolve mototaxistas e motoboys”, observa o relator, enfatizando a necessidade de regulamentação da legislação trabalhista, tendo em vista os serviços prestados por esses profissionais no transporte de pessoas em motocicletas.

As características de rapidez, prestação e baixo custo são elencadas entre as principais vantagens dos serviços, mas o projeto também cita a capacidade que esse tipo de transporte possui de equacionar a questão do transporte urbano.

Após exame na Comissão de Justiça, a matéria ainda terá de ser analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).



Na reunião de amanhã, a Comissão de Justiça também deve votar projeto de lei que atualiza a composição do Conselho de Administração da Suframa

Proposta acaba com prisão do depositário infiel

O fim à prisão do depositário infiel, aquele que se desfaz de bem cuja guarda lhe foi atribuída pela Justiça, é o que estabelece proposta de emenda constitucional (PEC) que será analisada amanhã pela Comissão de Justiça. De iniciativa do senador Augusto Botelho (PT-RR), o projeto tem parecer favorável do relator, Demostenes Torres (DEM-GO).

Inciso do artigo 5º da Constituição determina que não haverá prisão civil por dívida, exceto a do responsável pelo inadimplimento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.

Augusto Botelho sustenta que a proposta (PEC 30/03) é necessária, pois, segundo ele, a prisão do depositário infiel não mais se justifica devido à incorporação de alguns tratados internacionais de direitos humanos, que proíbem a prisão de alguém por

não poder cumprir uma obrigação contratual.

– Esse dispositivo, ao fazer alusão à “obrigação contratual”, açambarca aquelas obrigações decorrentes do depósito. Daí sua grande importância – argumenta Augusto Botelho, ao citar o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, que entrou em vigor no Brasil em 24 de abril de 1992.

No parecer, Demostenes Torres, que também é presidente da CCJ, explica que o Supremo Tribunal Federal (STF) considera que todos os tratados possuem peso de lei federal ordinária.

– Tal posição do Supremo Tribunal Federal poderá implicar responsabilidade internacional do Estado por violação dos tratados de direitos humanos. Por exemplo, alguém preso por depósito infiel no Brasil poderá demandar indenização ao Sistema Interamericano de Direitos

Humanos – observa o relator da proposição.

Suframa

Na reunião de amanhã, a Comissão de Justiça deve examinar ainda projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 136/08-Complementar) de autoria do Poder Executivo que atualiza a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O órgão é responsável por definir diretrizes, planos, programas, projetos e ações a serem desenvolvidos na área de atuação da Suframa.

A proposta acrescenta na composição da instituição os nomes de dez ministros de Estado, a serem definidos em regulamento pelo Poder Executivo; do governador e do prefeito das capitais dos estados do Amazonas, do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima; e do

presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Da composição atual, permaneceriam na administração o presidente do Banco da Amazônia, o superintendente da Suframa, um representante das classes produtoras e um das classes trabalhadoras.

O relator da matéria, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), justifica seu parecer favorável ao projeto lembrando que “a atualização é meritória, pois poderá melhor capacitá-lo [o órgão] para promover o desenvolvimento da região da Amazônia, desfavorecida por muito tempo pelas políticas públicas adotadas no país”.

Depois do exame da Comissão de Justiça, a matéria será examinada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), e em seguida irá a Plenário.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Mão Santa • Papaléo Paes • Valdir Raupp

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo:
Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Agenda do Senado Cultural para 2009 será lançada amanhã

A apresentação das atividades do Senado Cultural em 2009 será feita amanhã, às 11h30, na sala de reuniões da Presidência do Senado. O presidente da Casa, José Sarney, assinará convênios com diversas entidades para a realização dos eventos que ocuparão os principais espaços da instituições até o fim do ano.

Entre outros, participarão da solenidade o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão; o superintendente do Museu da Língua Portuguesa, Antonio Carlos Sartini; e o diretor de atividades culturais da Fundação Memorial da América Latina, Fernando Calvozo. O Senado também firmou parcerias com a Biblioteca José Mindlin e com

a Fundação Armando Álvares Penteado (Faap).

Demostenes Torres (DEM-GO) e Marco Maciel (DEM-PE), coordenadores do Senado Cultural, deverão apresentar a nova logomarca, a vinheta e a página do Senado Cultural.

No mês de abril, será realizada no auditório do Interlegis palestra com Joãozinho Trinta, que autografará o livro *O Brasil é um luxo – Trinta carnavais de Joãozinho Trinta*.

Ainda em abril dom Hélder Câmara será homenageado com o lançamento da reedição de *O artesão da paz*. Haverá sessão especial para lembrar o centenário do seu nascimento, uma exposição e a exibição do filme "Dom Hélder Câmara –



José Sarney deve assinar vários convênios para realização dos eventos

O santo rebelde. Está prevista para abril a exposição *Clarice Lispector – A hora da estrela*, em parceria com o Museu da Língua Portuguesa.

Graciliano Ramos e José de Alencar serão homenageados

June Araújo

em maio. Da Biblioteca José Mindlin, o Senado relançará a última versão datilografada de *Vidas secas* e promoverá exposição de fotos comemorativa dos 70 anos da obra. Também de Graciliano será lançada a caderneta de anotações de sua viagem à Checoslováquia e à União Soviética. A TV Senado exibirá documentário sobre o autor. Os 180 anos de nascimento de José de Alencar serão comemorados com a edição completa dos seus textos políticos.

Maio também será o mês da música no Senado Cultural. Em parceria com o Clube do Choro, haverá um show para recordar os 40 anos da morte de Jacob do Bandolim. Dentro do proje-

to Pratas da Casa, está prevista apresentação sobre os cem anos de nascimento de Aulfo Alves. E será lançado DVD em homenagem aos 50 anos da Bossa Nova, com os melhores momentos dos shows realizados pelo Senado em 2008.

A cultura popular será o tema do Senado Cultural em junho. O Mestre Vitalino vai ser lembrado em uma exposição de seus trabalhos; o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ofereceu obras do seu acervo. Patativa do Assaré também será homenageado. Um show celebrará Luiz Gonzaga. E em parceria com o Memorial da América Latina, será montada exposição sobre o São João.



Raupp ressalta a assistência médica prestada aos ribeirinhos da Amazônia

Raupp pede voto de aplauso para a Marinha do Brasil

Valdir Raupp (PMDB-RO) fez ontem em Plenário homenagem à Marinha do Brasil. Ele ressaltou as atividades assistenciais da instituição, para as quais pediu voto de aplauso.

O senador destacou o programa de assistência médico-hospitalar às populações ribeirinhas da Amazônia, feito principalmente com os navios *Doutor Montenegro* e *Oswaldo Cruz*. Valdir Raupp informou que cada um dos dois navios tem uma equipe de cinco médicos, quatro dentistas, um farmacêutico e seis enfermeiros. As embarcações são equipadas com centro cirúrgico, dois gabinetes odontológicos, sala de raios-X, laboratório de análises clínicas e sala de parto. Em 2008, disse ele, em 106 dias de viagem, foram visitadas 130 comunidades. Só o navio *Doutor Montenegro* prestou mais de 110 mil procedimentos.

Valdir Raupp salientou que a Marinha prestou assistência a pelo menos dez localidades em Rondônia, onde realizou 2.813 atendimentos médico-hospitalares, cujo custo operacional foi superior a R\$ 400 mil.

O senador mencionou o trabalho de segurança de navegação desenvolvido pela Força e programas como o Aprendizagem Contínua, que promove doações de material escolar e uniformes. Amigos Especiais é outra iniciativa, que fornece apoio e esclarecimento aos portadores de deficiência física ou psíquica. Ele citou ainda os programas Cultura Para Todos e Drogas, Estou Fora.

Genaldo Mangel

Jarbas acusa governo Lula de paralisar obras de irrigação

Senador cobra programa de apoio aos produtores de frutas da região de Juazeiro-Petrolina e questiona ministro sobre interrupção de cinco projetos

O SENADOR JARBAS Vasconcelos (PMDB-PE) acusou o governo do presidente Lula de ter paralisado as obras de irrigação iniciadas por governos anteriores no semiárido do Nordeste, especialmente no Vale do Rio São Francisco. Lembrou que Lula decidiu, há seis anos, interromper as obras sob o pretexto "de incluí-las no Programa de Parceria Público-Privada, as chamadas PPPs. Entretanto, afirmou o senador, seis anos depois, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) não irrigou um só hectare na região.

Jarbas apresentou requerimento dirigido ao ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, perguntando por que o Executivo suspendeu as obras de cinco projetos de irrigação – Pontal Sul (PE), Salitre e Baixo de Irecê (BA), Marituba (AL) e Jaíba (MG). O senador sustentou que cada hectare irrigado dá três empregos, a custo de apenas R\$ 7.500 cada um, valor muito mais baixo do que em outras atividades econômi-



Jarbas critica modelo de reforma agrária do governo no semiárido

cas, nas quais o custo vai de R\$ 50 mil a R\$ 120 mil.

Inadimplência

A crise internacional, disse Jarbas, está atingindo fortemente a produção de frutas irrigadas do Vale do São Francisco, que já enfrentava dificuldades por causa dos juros altos e do real valorizado. Agora, o problema é o cancelamento das importações de manga e uva: metade da produção ia para o exterior.

Conforme o senador, os pequenos e médios produtores

Genaldo Mangel

de frutas irrigadas da região Juazeiro-Petrolina (BA-PE) não estão mais conseguindo pagar os empréstimos aos bancos oficiais por causa do fechamento do mercado externo. Informou que 25% dos produtores da Cooperativa Agrícola de Juazeiro (CAJ) "estão praticamente inviabilizados por causa da inadimplência com os bancos". Ele pediu que o governo adote um programa de apoio, como fez com setores industriais afetados pela crise financeira.

Jarbas criticou o modelo de reforma agrária que o governo vem implantando no semiárido nordestino, distribuindo apenas 25 hectares de terra para uma família. O senador lembrou que a Embrapa propôs, após anos de pesquisas, um sistema inovador, onde a terra é ocupada com o plantio de capim buffel, palma forrageira e árvores de leucena, que oferecem folhas e vagens e suportam bem as secas. Nesse sistema, um produtor pode obter até R\$ 190 por hectare/ano, contra somente R\$ 10 que se obtém sem tecnologia.



Serys defende aprovação do texto, em análise na Câmara, que modifica o ECA

Serys quer mudar atendimento ao menor infrator

A senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) defendeu a aprovação do projeto de lei do Executivo que cria o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), destinado a crianças e adolescentes infratores, em tramitação na Câmara (PL 1.627/07).

Na avaliação de Serys, a aprovação da proposta, que será depois analisada pelo Senado, deverá ter profundo impacto no atendimento oferecido a esse público.

– Temos que parar com esse discurso de que as crianças e os adolescentes são o futuro do Brasil; eles têm que ser o presente do país.

A proposição altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para regulamentar ações socioeducativas a serem aplicadas junto a menores infratores. Serys explicou que as medidas estão previstas de forma genérica pelo estatuto, o que estaria provocando disparidade na sua execução pelos estados.

A aprovação do projeto, disse Serys, proporcionaria a superação das disparidades por meio da criação de um sistema de atendimento coordenado pela União, com a participação dos estados, municípios e Distrito Federal.

O Sinase prevê normas que padronizam os procedimentos jurídicos envolvendo crianças e adolescentes, desde a apuração do ato infracional até a aplicação das medidas socioeducativas. Entre outras novidades está a individualização das medidas a serem aplicadas ao menor infrator.

Mesquita Júnior ressaltou os 43 anos do PMDB

Mesquita Júnior (PMDB-AC) saudou os 43 anos de fundação de seu partido, lamentando o fato de, embora com uma história de luta, a legenda ter perdido "o rumo das grandes bandeiras". Para ele, é hora de o PMDB discutir internamente quais são suas novas bandeiras e seus novos horizontes.

O senador lembrou que, quando o MDB surgiu, em 24 de março de 1966, seu pai era deputado federal. Conforme Mesquita Júnior, nessa época ele morava em Brasília e já participava do movimento estudantil. Recordou a luta contra a ditadura e citou o deputado do PMDB cearense Martins Rodrigues, que, segundo



Para Mesquita Júnior, é hora de o PMDB discutir novas bandeiras

o parlamentar, era uma figura emblemática, por assumir a linha de frente das passeatas com estudantes.

Genaldo Mangel

Mesquita Júnior se desculpou por não poder ir ao café da manhã em comemoração à data, que será promovido hoje, em Rio Branco, capital de seu estado, pelo deputado Chagas Romão.

Em apertes, Paulo Paim (PT-RS) afirmou que "o velho MDB de guerra" cumpriu "um papel fundamental no combate à ditadura". Mão Santa (PMDB-PI) frisou que a estrada construída pelo PMDB está tomada por "um bocado de aproveitadores", que trocam "a democracia por cargo" em barganhas que envergonham. Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que o PMDB adota uma postura coerente de "apoiar as boas ações dos bons governos".



PEC do senador minimiza perda de arrecadação

João Tenório quer corrigir pacto federativo

Para que estados, Distrito Federal e municípios não sejam prejudicados pela queda na arrecadação fiscal decorrente de benefícios tributários concedidos pela União, o senador João Tenório (PSDB-AL) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC 4/09) que obriga o governo federal a compensá-los no mesmo valor que eles deixarem de arrecadar em virtude de isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão relativos ao Imposto de Renda (IR) e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Desde a Constituição de 1988, a União vem aumentando sua receita por meio da criação de novas contribuições sociais e do aumento da alíquota das já existentes. Tais contribuições não são repartidas com os demais entes da Federação, como ocorre com o Imposto de Renda e o IPI, que servem de base de cálculo para os fundos de participação dos estados e municípios (FPE e FPM), para o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX) e para os fundos constitucionais de desenvolvimento (FNO, FNE e FCO).

Benefícios

Ao mesmo tempo em que o governo federal vem criando essas contribuições de arrecadação exclusiva, ele tem concedido benefícios relacionados ao IR e ao IPI. Tais renúncias repercutem nos cofres dos estados e municípios, já que, de acordo com a Constituição, a eles devem ser repassados 48% do Imposto de Renda e 58% do IPI.

João Tenório explica que a proposta que apresentou tem por objetivo "corrigir essa agressão ao pacto federativo, pois a União dispõe indevidamente sobre recursos arrecadados por ela, mas pertencentes aos demais entes federativos". A PEC estabelece que os benefícios tributários relacionados ao IR e ao IPI sejam compensados pela União em favor dos entes federados em tempo real.

Para senador, iniciativas "essenciais" para a criação e o crescimento das microempresas, como a desburocratização, terão impacto direto na expansão e formalização dos postos de trabalho

Contra a crise, Adelmir propõe estímulo à pequena empresa

ADELMIR SANTANA (DEM-DF) defendeu o estímulo às atividades das micro e pequenas empresas como alternativa para o país não sucumbir à crise econômica.

O senador apontou o fortalecimento dessas empresas como "necessário à proteção da maior vítima desse período de turbulências" – a seu ver, o trabalhador, demitido com a queda da atividade econômica. Adelmir salientou que existem no Brasil 5 milhões de micro e pequenas empresas, que representam mais de 98% dos negócios e geram mais de 29 milhões de empregos na indústria, no comércio e em serviços, e no agronegócio, sem contar o mercado informal, com 10 milhões de empreendedores.

Diante disso, o senador defendeu a adoção de políticas públicas que melhorem o acesso ao crédito, reduzam a carga tributária que incide sobre as micro e pequenas empresas e diminuam os problemas criados pelo excesso de burocracia e as pesadas contribuições trabalhistas e previdenciárias.



É preciso proteger trabalhador contra demissão, diz Adelmir

– Iniciativas de desburocratização, reforma fiscal e tributária, transparência e segurança institucional e política integram as medidas essenciais para a criação e o crescimento das pequenas empresas, com impacto direto na expansão e formalização dos postos de trabalho – disse.

Crédito

Adelmir Santana também elogiou iniciativas já adotadas pelo governo federal, como o aporte de R\$ 5 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para crédito às pequenas empresas, além da

liberação de crédito por meio do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, mas ressaltou que esse dinheiro não chega de forma suficiente aos pequenos empresários. Por isso, sugeriu que se fiscalize e se acompanhe o caminho do dinheiro, para ver se realmente chega a quem necessita.

Tributos

O senador pelo Distrito Federal também cobrou a conclusão, pelo Congresso, de votações importantes, como a da reforma tributária, e o corte de tributos e taxas pelo Executivo.

Ele ainda pediu a implantação de propostas contidas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, como o Programa Nacional de Compras Governamentais, que seria uma oportunidade para as pequenas empresas, e a instituição da figura do microempreendedor individual (MEI), prevista para julho deste ano.

Rosalba critica redução de repasses federais de fundo para municípios

Ao relatar reunião de prefeitos e parlamentares da bancada potiguar ocorrida ontem, em Natal, com o objetivo de reivindicar o aumento dos repasses de recursos federais para os municípios do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) criticou o Executivo pela redução nas transferências de verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) às prefeituras de seu estado e do Brasil em geral.

Na avaliação da senadora, o governo, ao reduzir a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre carros, visando manter o nível de emprego na indústria automobilística, "deveria ter pensado em compensações para evitar a queda nos repasses do FPM às prefeituras, uma vez

que o IPI é uma das principais fontes de receita para formação deste fundo".

Problemas sociais

Rosalba alertou para o risco de ocorrência de "graves problemas sociais" devido principalmente à diminuição das transferências do FPM às prefeituras.

– Como é que elas [as prefeituras] vão pagar a folha do funcionalismo sem o FPM, que é uma das principais fontes de recursos dos municípios? Como é que vão pagar aos fornecedores, aos prestadores de serviços? Como é que vão investir em obras? Não vão; não podem; não têm como, até que o governo federal assuma a responsabilidade dos erros [redução dos repasses] e trate de repará-los



Rosalba: ao baixar o IPI sobre os carros, governo deveria ter criado compensações

enquanto é tempo – disse.

A senadora sugeriu algumas medidas a serem tomadas pelo governo federal para equilibrar o orçamento das prefeituras, como a suspensão dos descontos no FPM das contribuições do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) devido pelas prefeituras à União, e a liberação de emendas parlamentares, visando destinar recursos do Orçamento para obras e investimentos nos municípios.

Mão Santa reclama do preço dos combustíveis

Mão Santa (PMDB-PI) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que reduza o preço dos combustíveis no Piauí. Segundo o senador, a gasolina naquela região é a mais cara do Brasil, porque vem de Fortaleza ou de São Luís com um frete caro, chega a Teresina e depois é distribuída pelo estado, deixando a região sem perspectiva de desenvolvimento.

Citando reportagem do jornal *Valor Econômico*, Mão Santa disse que o preço da gasolina nos Estados Unidos baixou 54% quando caiu o preço do barril de petróleo, o que não aconteceu no Brasil. Ele observou que na Argentina, onde o preço é livre por lei, também houve redução nos preços de combustíveis.

– Por que aqui é tão alto? E o gás de cozinha, que custa R\$ 40 no Nordeste e na Venezuela equivale a R\$ 5? E a desapropriação da refinaria da Petrobras na Bolívia? Quanto a Petrobras recebeu? Vamos dissecar os diretores da Petrobras e a farra com patrocínio na proximidade das eleições – sugeriu.

Mão Santa reivindicou ainda a construção de um terminal petrolífero no Porto de Luís Correia para favorecer o turismo e a pesca local e a instalação da zona de processamento de exportação (ZPE).

Ele também criticou o governo Lula pela criação do empréstimo consignado para aposentados, que, conforme afirmou, "foram enganados e induzidos a se



Mão Santa diz que o preço cobrado no Piauí é um dos mais altos do país

endividar com publicidade de má fé".

O parlamentar pelo Piauí ainda defendeu a realização de eleições primárias no PMDB para a escolha do candidato do partido à Presidência da República em 2010.



Paim: ato cobrou aprovação de projetos na área da previdência social

Paim destaca evento em favor dos aposentados

Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem a reunião de 5 mil aposentados e pensionistas em São Leopoldo (RS), em "ato suprapartidário e intersindical", com o objetivo marcar posição em favor de projetos na área da previdência social. Entre eles estão o que prevê o fim do fator previdenciário; o que estabelece a recomposição das aposentadorias para que passem a valer o mesmo número de salários mínimos da época de sua concessão; e o que dá às aposentadorias o mesmo percentual de reajuste aplicado ao salário mínimo.

Durante o evento, organizado pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), comprometeu-se a colocar as matérias em votação logo após conseguir liberar a pauta, travada por medidas provisórias.

Temer integrou uma delegação de todos os partidos, formada por senadores como Mão Santa (PMDB-PI) e deputados. Paim discursou em nome dos parlamentares para cerca de 40 caravanas do interior do estado, que exigiram a aprovação dos três projetos na Câmara, já que as matérias passaram pelo Senado.

Conforme Paim, a manifestação acabou interrompendo o trânsito na principal rodovia que liga as cidades de São Leopoldo, Esteio, Canoas e Sapucaia a Porto Alegre, provocando um congestionamento de cerca de dez quilômetros.

– Os aposentados pareciam meninos. Atravessaram a via, dizendo palavras de ordem; homens e mulheres de cabelos brancos, de 70, 80, 90 anos exigindo a aprovação dos projetos – narrou o senador.

Aniversários

Paulo Paim também relatou evento político ocorrido no Rio Grande do Sul, nesse fim de semana, quando foram comemorados o Dia Internacional da Luta contra o Preconceito, em 21 de março, e os aniversários dele próprio, do ex-senador Abdias do Nascimento e do cantor César Passarinho.

Abdias do Nascimento, que completou 95 anos, é negro e dedicou sua vida parlamentar à luta em prol da igualdade racial. Passarinho, já falecido, é um ídolo da canção gaúcha de matiz regional e faria 60 anos no dia 21 de março.

Na ocasião, Paim, que está completando 59 anos, saudou em pronunciamento uma platéia formada por líderes políticos e sindicais e representantes de movimentos sociais. O parlamentar homenageou ainda os poetas e compositores.